

Paulo Roberto Pegoraro Junior

PROCESSO ELETRÔNICO E A EVOLUÇÃO DISRUPTIVA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8864-2

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Pegoraro Junior, Paulo Roberto.

P376 Processo eletrônico e a evolução disruptiva do direito processual civil / Paulo Roberto Pegoraro Junior
– Curitiba: Juruá, 2019.
222 p.

1. Direito processual civil. 2. Processo eletrônico.
I. Título.

00106

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9

15/12/19

SUMÁRIO

Capítulo 1	INTRODUÇÃO	15
Capítulo 2	EM BUSCA DE UM POSSÍVEL PARADIGMA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	21
	2.1 PRIMEIRA PREMISSE: O CONCEITO DE PARADIGMA.....	25
	2.2 SEGUNDA PREMISSE: O CONCEITO DE DISRUPTIVIDADE.....	33
	2.3 O PARADIGMA DO PROCESSO CIVIL.....	40
Capítulo 3	A INTRODUÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NA REALIDADE BRASILEIRA	57
	3.1 O TEMPO DO PROCESSO ELETRÔNICO.....	58
	3.1.1 As Linhas Temporais do Processo.....	61
	3.1.2 O Culto à Velocidade e o Risco da Alienação: <i>Cronos Versus Kairós</i>	65
	3.1.3 Impacto da Implantação do PJe na Produtividade dos Tribunais: Relatório CNJ/FGV.....	69
	3.2 A TRANSIÇÃO DO FÍSICO PARA O VIRTUAL NA JUSTIÇA BRASILEIRA: RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO.....	72
	3.3 A TRAJETÓRIA NORMATIVA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO BRASILEIRO.....	78
	3.4 SISTEMAS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS NO BRASIL: UNIFICAÇÃO E INTEROPERABILIDADE (PJe, EPROC, PROJUDI).....	87
	3.5 O CENÁRIO DA “e-JUSTIÇA” NA UNIÃO EUROPEIA.....	94
	3.6 JURIMETRIA: PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.....	101
	3.7 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	103
Capítulo 4	HIPERTEXTO E PROCESSO ELETRÔNICO	105
	4.1 O CONCEITO DE “HIPERTEXTO” E SUA ASSOCIAÇÃO AO PROCESSO ELETRÔNICO.....	105

	4.2	CONSEQUÊNCIAS DO HIPERTEXTO E O CONTRADITÓRIO COMO <i>GROUPWARE</i>	110
	4.3	JUIZ ANALÓGICO, PROCESSO ELETRÔNICO: OS VIESES DO LEITOR IMERSIVO.....	114
	4.4	RISCOS DO PROCESSO ELETRÔNICO: PADRONIZAÇÃO E AUTOMATISMOS	117
	4.5	CONCLUSÕES PARCIAIS	129
Capítulo 5		COMPETÊNCIA TERRITORIAL E UBIQUIDADE: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	131
	5.1	O FENÔMENO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO	134
	5.2	A UBIQUIDADE NO PROCESSO ELETRÔNICO.....	142
	5.3	ATOS PROCESSUAIS DESTERRITORIALIZADOS	145
	5.4	POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES DOS FENÔMENOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E DA UBIQUIDADE SOBRE A COMPETÊNCIA TERRITORIAL RELATIVA	148
	5.5	OBSTÁCULOS A SEREM CONSIDERADOS NA SUPERAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	151
	5.5.1	Limites no Plano da Jurisdição Nacional.....	152
	5.5.2	Limites Ligados ao Federalismo e à Organização Judiciária	152
	5.5.2.1	O pacto federativo e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5492.....	156
	5.6	CONCLUSÕES PARCIAIS	166
Capítulo 6		PROCESSO ELETRÔNICO, AUDIÊNCIAS REMOTAS E JUÍZES CIBERNÉTICOS.....	167
	6.1	AUDIÊNCIAS REMOTAS: A TRANSPOSIÇÃO DO PROCESSO PENAL	171
	6.2	JUÍZES BIÔNICOS E AUTOMAÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS: UM CENÁRIO ALGORITMO.....	178
	6.3	MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA INTERNET	189
	6.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	193
Capítulo 7		CONCLUSÕES	195
		REFERÊNCIAS.....	197
		ÍNDICE REMISSIVO.....	213